

PGR confirma esquema do MEC com prefeitos

ESCÂNDALO DA EDUCAÇÃO

Relatório enviado ao Supremo detalha atuação do gabinete paralelo que agia dentro do ministério em troca de apoio político e propina. E mostra que Milton Ribeiro tinha estreito relacionamento com Gilmar Santos e Arilton Moura

PGR confirma esquema do MEC com prefeitos

» LUANA PATRIOLINO

No relatório que remeteu ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria-Geral da República (PGR) descreve que havia, dentro do Ministério da Educação (MEC), uma estrutura para a "cooptação de prefeitos" por meio de liberação de verbas, que envolveria o gabinete paralelo formado pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. O documento, ao qual o **Correio** teve acesso, mostra também que o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro teria se reunido 18 vezes com os dois religiosos que estão sendo apontados como operadores do esquema irregular.

Segundo o documento da PGR, "de tudo o que foi apurado até o momento, percebemos que Arilton tinha, sim, participação ativa junto a prefeitos no que diz respeito a assuntos relacionados ao Ministério da Educação. Foi citado pelos prefeitos de Jaupaci-GO, Jandira-SP e Luis Gonzaga-MA, em algo que chamamos de 'cooptação de prefeitos', sendo uma de muitas outras participações dessa personagem no contexto dos crimes aqui investigados".

O material encaminhado ao Supremo tem 398 páginas. A PGR apontou, ainda, que Ribeiro se reuniu 18 vezes com Gilmar e Arilton em um período de 15 meses.

"Gilmar Silva dos Santos e Arilton Moura teriam se reunido com o ministro da Educação por 18 vezes nos últimos 15 meses, além de haver menção de viagens domésticas na companhia do ministro", diz o relatório.

Ribeiro foi preso em uma investigação que apura o envolvimento nos crimes de corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência em um suposto

Catarina Chaves/MEC



Ex-ministro teria se reunido 18 vezes com Gilmar e Arilton, que são apontados como operadores de compra de apoio político e corrupção

esquema para liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com base em documentos, depoimentos e um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU). O caso foi descoberto em março passado. Em áudios divulgados pela imprensa, o ex-ministro afirmou priorizar pastores aliados na liberação de recursos e ainda citou que o favorecimento era um pedido expresso do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Fora de contexto

Em depoimento, Ribeiro disse que as palavras foram colocadas fora de contexto e que usou o termo apenas para prestigiar os religiosos, sem intenção de favorecer alguém. "Aquele afirmação, a da gravação, foi feita como forma de prestigiar o pastor Gilmar, na condição de líder religioso nacional, não tendo qualquer conotação de enfatizar que os amigos do pastor

Gilmar teriam privilégio junto ao FNDE ou ao Ministério da Educação", observa a PGR.

No relatório, é destacado o trecho no qual prefeitos teriam confirmado a influência de Gilmar e Arilton junto ao MEC. "Menciona, ainda, que o prefeito de Luis Domingues (MA) teria sido recebido pelo ministro de Estado da Educação no próprio Ministério em abril de 2021 e, após a reunião, em um almoço em restaurante em Brasília,

Gilmar Silva dos Santos cobrou uma soma em dinheiro para protocolar no MEC seus pedidos. E que após a liberação dos recursos pelo Ministério deveria pagar-lhe '1 quilo de ouro'".

De acordo com o documento, Arilton teria ficado em silêncio durante o depoimento à Polícia Federal. Já Gilmar disse que mantinha relações com Ribeiro apenas por questões religiosas — além de negar todas as acusações.

» Pastor defende ex-ministro e condena prisão

O deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RJ), líder da bancada evangélica, avalia que a prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro foi "juridicamente errada". "Não quero acreditar que tenha sido prisão política. Mas, até agora, prova nenhuma foi colocada", disse o parlamentar, correligionário e apoiador do presidente Jair Bolsonaro (PL). Mas ele entende que houve "no mínimo imprudência" por parte de Ribeiro e dos pastores envolvidos no chamado gabinete paralelo do MEC. Sôstenes reconhece que o episódio da prisão cria desagrado para Bolsonaro em ano eleitoral, mas destaca que o foco da disputa pelo Palácio do Planalto ainda é a economia. Para o deputado, o ministro Paulo Guedes precisa "sair um pouco da cartilha liberal" para enfrentar a crise econômica atravessada pelo país. "Não dá para ser liberal 100% neste momento, mas também não defendo irresponsabilidade fiscal. Precisamos buscar um ponto de equilíbrio", salientou.

"Que tem um relacionamento eclesástico com Milton Ribeiro, ex-ministro da educação e com o pastor Arilton, que não atuou em nome do ex-ministro da educação Milton Ribeiro na tratativa com prefeitos municipais ou governadores ou qualquer outra autoridade; que não atuou na regulamentação de prefeitos municipais ou governadores ou qualquer outra autoridade para favorecimento ou facilitação em processos", salienta o relatório.

Cármen consulta sobre envolver o presidente

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), encaminhou à Procuradoria-Geral da República (PGR) um pedido do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) para que o presidente Jair Bolsonaro (PL) seja incluído na investigação sobre o escândalo de corrupção do Ministério da Educação (MEC). O parlamentar argumentou ser preciso apurar se houve interferência do chefe do Executivo no sentido de tentar proteger Milton Ribeiro.

Em uma gravação autorizada pela Justiça, o ex-ministro da Educação disse que foi informado por Bolsonaro sobre a busca e apreensão da Polícia Federal (PF).

Cabe à PGR analisar se há indícios para abrir uma investigação contra o presidente. Na última sexta-feira, o Ministério Público Federal (MPF) divulgou uma manifestação apontando que Bolsonaro agiu em favor de Ribeiro e solicitou que o STF analisasse a ação.

O advogado Frederick Wassef, que representa Bolsonaro, alegou que o presidente não se intrometeu no trabalho da PF e criticou o vazamento dos autos do processo. "Houve a prática de graves

crimes por funcionários, autoridades públicas aqui de Brasília, que, criminosamente, estão vazando a conta-gotas o referido material", disse.

Depois de ter sido preso pela PF, Ribeiro foi solto por decisão do desembargador Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) — assim como foi revogada a prisão preventiva dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, acusados de serem os operadores de corrupção mediante liberação de verbas para prefeituras dentro do MEC.

Defesa

A defesa do ex-ministro, por sua vez, sustenta que nem ele "nem ninguém tinha e ou tem poder para favorecer pessoas, cidades ou estados" dentro do MEC. A alegação se choca com a Operação Acesso Fácil, que indica que Ribeiro favoreceu a atuação de Gilmar e Arilton.

Os advogados Daniel Bialski e Bruno Garcia Borragnie reiteraram a alegação de que, assim que tomou conhecimento das denúncias, Ribeiro levou o caso

Nelson J. FSCSTF



Ministra atendeu a pedido de deputado petista contra Bolsonaro

à Controladoria-Geral da União (CGU). O ex-ministro tinha dado essa versão, chegando a indicar que se afastou dos pastores.

Mas o relatório da CGU que faz parte do inquérito mostra outra conduta de Ribeiro. Diz que a transação de um carro entre as famílias dele e de Arilton, em fevereiro deste ano, contraria o alibi do ex-ministro. "Em desfavor da argumentação do sr. Milton Ribeiro (que tentou demonstrar que adotou postura de distanciamento do

pastor) pesa também o fato de ter realizado a venda de um automóvel ao sr. Arilton após as denúncias", afirmou a CGU.

A defesa do ex-ministro diz que o documento da Controladoria indica "apenas o depósito de valor que se refere à venda do veículo". Os advogados dizem que vão juntar aos autos da investigação documentos que evidenciam a "lisura" da venda do veículo. (LP com Agência Estado)

Pacheco avisa que pode instalar CPI

O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou a interlocutores que se a oposição cumprir todos os requisitos para a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as denúncias de irregularidades no Ministério da Educação, ele instalará a CPI. Já foram colhidas 28 assinaturas para que o colegiado seja criado, mas os governistas trabalham para que a lista seja esvaziada.

Os procedimentos necessários para a instalação da comissão de inquérito são o número mínimo de 27 assinaturas de parlamentares concordando com a criação do processo investigativo; orçamento para que possa funcionar; e fato determinado — no caso, as denúncias de que no MEC funcionava um gabinete paralelo de cooptação de apoio político por meio de liberação de recursos com pagamento de pedágio. O senador Raulo de Faria (Rede-AP), que está colhendo as assinaturas, trabalha com a expectativa de que consiga fechar hoje a lista e ser entregue a Pacheco.

Da parte dos governistas, o argumento para que a CPI não saia

do papel é que não haveria tempo hábil para os trabalhos ocorrerem devido às eleições e, também, que as sessões serviriam de palco para eventuais candidaturas a cargos eletivos em outubro. Inclusive, um dos que defendeu a teoria da falta de tempo foi o vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos).

"Acho complicado, porque está todo mundo pensando em eleição, mas três meses tem eleição. Falta tempo para isso progredir. Acho que não vai para frente", analisou.

Mourão criticou a pressão preventiva do ex-ministro da Educação, já revista, mas falou em "prováveis crimes" do pastor presidente. "Até porque duro pouco tempo, foi algo na minha visão um tanto quanto apressado. A decisão talvez não fosse a melhor, colocar prisão preventiva ainda com indícios fracos de prováveis crimes", afirmou. (LP com Agência Estado)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2